

Delegação baiana presente no Congresso Brasileiro de Algodão

A comitiva baiana envolveu-se diretamente em grande parte da programação do VII Congresso Brasileiro de Algodão. O evento aconteceu de 15 a 18 de setembro em Foz do Iguaçu – Paraná. Além de palestras apresentadas por representantes da Abapa, Fundeagro e Fundação Bahia, também esteve na pauta da Associação Baiana dos Produtores de Algodão a reunião da Câmara Setorial do Algodão, reunião do Conselho de Ética, a participação da assinatura de convênio entre a Fundação Bahia e a Kuhlmann, almoços de negócios, dentre outros. A cobertura completa da participação baiana no maior evento da cotonicultura do Brasil você confere na página 04.



Acompanhe também:

- Delegação Baiana em Liverpool

Página **04**



- Presidente do Fundeagro destaca o importante trabalho desenvolvido pelo Fundo.

Página **05**

- Fundação Bahia apresenta pesquisas com girassol no Rio Grande do Sul.

Página **07**

Informaiba
Especial Meio Ambiente

abapa **aiba** **FUNDAÇÃO BA** **FUNDEAGRO**

ANO 17 Nº 173 Out/09

OESTE ainda mais SUSTENTÁVEL

PLANO OESTE SUSTENTÁVEL

O que era cumprimento da legislação ambiental, de fato, no cerrado da Bahia agora, com o Plano Oeste Sustentável, vai ganhar status de legalidade. A força-tarefa que mobilizou Governo do Estado, produtores e sociedade civil organizada para solucionar o passivo ambiental na região Oeste chega à sua forma final, com a assinatura, no dia 23 de outubro, do acordo de cooperação técnica entre Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Secretaria do Meio Ambiente (Sema), Secretaria da Agricultura (Seagri) e Instituto do Meio Ambiente (IMA). Com isto, o Plano deixa o papel para chegar ao dia a dia do produtor rural, através do engajamento das responsáveis por garantir, em campo, a fiscalização e a manutenção do meio ambiente.

Acompanhe nesta edição:

- As etapas do desenvolvimento do Plano Oeste Sustentável.
- As conquistas aguardadas para muito em breve.
- Os depoimentos de alguns dos diversos agentes que contribuíram na elaboração do modelo do Plano.
- Os primeiros passos para o produtor que deseja aderir.

Plano Oeste Sustentável

O Oeste da Bahia está testemunhando um dos mais importantes marcos na história do seu desenvolvimento: o Plano Oeste Sustentável. Por isso, preparamos um especial sobre essa iniciativa que já é considerada um “divisor de águas” para a região. Não perca, encartado nesta edição, o Informaiba Especial Meio Ambiente.

Nada pode ser mais frustrante para um editor de jornal institucional que desconfiar que sobra mais espaço que notícia no seu periódico. No Informaiba, ao contrário, nosso “dilema” é decidir dentre os tantos fatos, quais os de maior mérito para virar matéria e figurar nas páginas desse veículo de comunicação que já existe há quase duas décadas, e é hoje uma das mais expressivas fontes de informação sobre o Oeste da Bahia.

É gratificante e muito saudável deparar-nos com este “problema”. A razão disso está na origem da palavra “fato”, que vem do latim: *factum* e – grosso modo - quer dizer **feito**. Algo que aconteceu, teve causa e repercussões, mudou um estado de coisas e dependeu de uma ação. Em outras palavras, para nós da Abapa, Aiba, Fundação Bahia e Fundeagro, fatos são **realizações, conquistas, resultados de vontade, iniciativa e ação**. Isso traz consequências não apenas para quatro entidades, mas reverberam para toda a economia e a sociedade na região.

Veja quantas realizações, quantos fatos nesta edição. Tantos que, excepcionalmente, tivemos de recorrer a um encarte especial para falar do Plano Oeste Sustentável.

Ótima leitura!

Aiba reúne contadores para explicar ações contra o INSS

A diretoria da Aiba reuniu no último dia 30 de setembro, o corpo jurídico da associação e contadores que assessoram produtores rurais com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as quatro ações movidas pela entidade, que contestam a cobrança da Contribuição Social Rural (Funrural) sobre a comercialização da produção e exportações indiretas, assim como sobre o salário educação. A reunião foi conduzida pelo advogado Rafael Peliciolli, representando os escritórios Felisberto Córdova, de Florianópolis (SC) e Pamplona e Baldissarela, de Barreiras, que trabalham juntos nas ações.

Durante o evento, foram apresentadas aos contadores as

teses defendidas pela Aiba e os benefícios que as ações trazem para os produtores. Também foram esclarecidas as dúvidas sobre os procedimentos para depósito judicial das contribuições e suspensão do recolhimento do salário educação.

“A participação dos contadores é muito importante neste processo, pois são eles que orientam os produtores sobre seus direitos e deveres na esfera tributária”, esclarece Peliciolli, que permaneceu até o final da semana na Aiba para atender aos contadores e produtores com dúvidas sobre estas ações.

Os contadores receberam a seguinte nota técnica:

NOTA TÉCNICA

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA – AIBA AÇÕES JUDICIAIS

Confeccionado pelo Doutor Rafael Peliciolli Nunes, integrante da Felisberto Córdova Advogados, patrocinadora das causas

1. No gozo de suas funções estatutárias, ratificadas por autorização assemblear, a Aiba ajuizou, na defesa da integralidade dos seus associados, quatro ações judiciais, três delas discutindo a constitucionalidade e a legalidade da Contribuição Social Rural – Funrural e uma delas analisando a legalidade da Contribuição para o Salário Educação – FNDE.

2. A primeira das três ações que contestam a constitucionalidade e a legalidade da Contribuição Social Rural – Funrural lista apenas os associados produtores rurais pessoas jurídicas, a eles, por conseguinte, restringindo seus efeitos. Proposta na modalidade de mandado de segurança, ainda no ano de 2001, assevera a ocorrência da constitucionalmente vedada bi-tributação do Funrural com outras contribuições, a exemplo do PIS e da Cofins, o que invalidaria a cobrança da exação. A sentença de primeiro grau entendeu pela improcedência do pedido, tendo a Aiba recorrido, pendente estando o julgamento do apelo em face do pedido de vista de um dos desembargadores.

2.1. O processo, autuado sob o nº 2001.33.00.015455-1, originariamente tramitou na Vara Única da Justiça Federal de Barreiras e atualmente tramita na 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

2.2. Aos associados listados é facultado o depósito judicial dos valores devidos a título de Funrural, o que não lhes oferece qualquer risco, além de lhes ser extremamente benéfico, desde que feito nos moldes estabelecidos no roteiro ao fim trabalhado.

2.3. Os associados agremiados depois do aforamento da demanda – portanto não listados nela – integrarão uma nova ação, com igual teor, que será proposta em breve.

3. A segunda das três ações que contestam a constitucionalidade e a legalidade da Contribuição Social Rural – Funrural lista apenas os associados produtores rurais pessoas físicas, a eles, por conseguinte, restringindo seus efeitos. Proposta na modalidade de ação ordinária, ainda no ano de

2007, assevera que o legislador ordinário trasladou a contribuição do empregador rural pessoa física incidente sobre a remuneração para a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção sem observar a necessidade de lei complementar para tanto, colidindo com o disposto na Carta de 1988, o que invalidaria a cobrança do tributo. O Supremo Tribunal Federal tem ratificado a tese abordada, sendo que o julgamento do precedente jurisprudencial conta com cinco votos a zero em favor do contribuinte. O processo aguarda decisão de primeiro grau.

3.1. O processo, autuado sob o nº 2007.33.03.000921-5, tramita na Vara Única da Justiça Federal de Barreiras.

3.2. Os associados listados poderão exigir que as empresas adquirentes passem a depositar judicialmente o valor retido, em conta vinculada ao sobredito processo, ao invés de recolhê-lo ao fisco, o que não oferece risco ao associado ou às empresas adquirentes, além de ser extremamente benéfico ao produtor rural, desde que feito nos moldes estabelecidos.

3.3. Os associados agremiados depois do aforamento da demanda – portanto não listados nela – integrarão uma nova ação, com igual teor, que será proposta em breve.

4. A terceira das três ações que contestam a constitucionalidade e a legalidade da Contribuição Social Rural – Funrural lista conjuntamente os associados produtores rurais pessoas físicas e jurídicas. Proposta na modalidade de ação ordinária, ainda no ano de 2007, aduz que o INSS, por ato administrativo, restringiu o alcance do disposto tivo constitucional que exclui as receitas decorrentes de exportação da base de cálculo das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, entre as quais o Funrural, quando limitou a isenção – ou imunidade – aos negócios realizados diretamente com adquirente estabelecido no exterior. Mas atos administrativos não têm o condão de restringir o que a Constituição não restringiu, o que invalidaria a cobrança da contribuição. O processo aguarda decisão de primeiro grau.

4.1. O processo, autuado sob o nº 2007.33.03.000074-3, tramita na Vara Única da Justiça Federal de Barreiras.

4.2. Aos associados pessoas jurídicas listados é facultado o depósito judicial dos valores devidos a título de

ANO 17 - Nº 174 - Out/09

Publicação mensal editada pela
Abapa - Aiba e Fundação Bahia

CONSELHO EDITORIAL

Alcides Viana
Alex Rasia
Johnson Medrado Araújo
Jussara Piai
Késia Magdala
Rodrigo Alves
Sérgio Pitt

Jornalista responsável:
Catarina Guedes - DRT 2370-BA

Jornalista assistente:
Milena Brasil

Editores Eletrônicos:
Eduardo Lena (77) 3611-8811

Impressão:
Gráfica Irmãos Ribeiro
(77) 3614-1201

Tiragem:
2.500 exemplares

Comentários sobre o conteúdo editorial desta publicação, sugestões e críticas, devem ser encaminhadas através de e-mail para: catarinaguedes@agripress.com.br
A reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação é permitida e até recomendada, desde que citada a fonte.



Av. Ahylon Macêdo, 11, Barreiras - BA - CEP. 47.806-180
Fone: (77) 3613-8000 Fax: (77) 3613-8020

www.abapaba.org.br
www.aiba.org.br
www.fundacaoba.com.br
fundeagro.ba@aiba.org.br

tado o depósito judicial dos valores devidos a título de Funrural, o que não lhes oferece qualquer risco, além de lhes ser extremamente benéfico, desde que feito corretamente. E os associados pessoas físicas igualmente listados poderão exigir que as empresas adquirentes passem a depositar judicialmente o valor retido, em conta vinculada ao sobredito processo, ao invés de recolhê-lo ao fisco, o que não oferece risco ao associado ou ao comprador, além de ser extremamente benéfico ao produtor rural, sendo que algumas das principais comerciais exportadoras da região já estão – ou estarão em breve – efetivando os depósitos, a exemplo da Bunge.

4.3. Os associados agremiados depois do aforamento da demanda – portanto não listados nela – integrarão uma nova ação, com igual teor, que será proposta em breve.

5. A ação que contesta a legalidade da Contribuição para o Salário Educação – FNDE lista apenas os associados produtores rurais pessoas físicas, a eles, por conseguinte, restringindo seus efeitos. Proposta na modalidade de ação ordinária, ainda no ano de 2008, assegura que a legislação, tanto na esfera constitucional como na ordinária, clara e objetivamente limita como sujeito passivo da contribuição em questão tão-somente a empresa, sem fazer qualquer menção às pessoas físicas. O INSS, inobstante, insiste em exigir dos produtores rurais pessoas físicas a contribuição sob análise, portanto ilegalmente, o que invalidaria a cobrança da exação. E a conclusão não é mais

exclusividade da Aiba, visto que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamentos reiterados, tem afastado a cobrança. O processo aguarda decisão de primeiro grau, tendo sido liminarmente deferida a suspensão da exigibilidade do tributo.

5.1. O processo, autuado sob o nº 2008.34.00.016920-3, tramita na 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília.

5.2. Os associados listados, ante a fala da decisão liminar de suspensão da exigibilidade, poderão imediatamente deixar de recolher a Contribuição para o Salário Educação, bastando retirar na Aiba, mediante a apresentação da última GPS paga, uma declaração que lhe confira a condição de associado e de listado na ação.

5.3. Os associados agremiados depois do aforamento da demanda – portanto não listados nela – integrarão uma nova ação, com igual teor, que será proposta em breve.

6. O procedimento para o depósito judicial é o seguinte:

6.1. O regramento tributário brasileiro, através do artigo 151, II do Código Tributário Nacional, faculta ao contribuinte que esteja discutindo judicialmente a validade de determinado tributo – sua constitucionalidade ou legalidade, por exemplo – depositar em conta identificada, vinculada ao processo, os valores controversos, independentemente de autorização do juiz da causa.

6.2. O depósito judicial, para fins de suspensão da exigibilidade do tributo, equiparase ao recolhimento, desde que o contribuinte permaneça prestando as informações devidas por meio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP.

6.3. Indiscutível o quão benéfico é o depósito para o contribuinte, pois quando do termo final da demanda, em caso de êxito, o montante consignado poderá ser, de imediato, levantado, diferentemente da quantia recolhida, que será devolvida através de precatório, título que sabidamente demora anos para ser adimplido, de acordo com sua natureza e com a disponibilidade de caixa do governo.

6.4. Ademais, para o contribuinte, o depósito não oferece qualquer risco mesmo sendo a ação julgada improcedente, pois os valores custodiados automaticamente converterse-ão em renda para o INSS, transformando os depósitos em recolhimentos, nada constando, por conseguinte, em aberto, desde que o contribuinte tenha corretamente apurado e depositado o montante devido.

6.5. Corretamente depositado porque,

para que a consignação seja considerada válida, é preciso que o contribuinte proceda em conformidade com os normativos que regulamentam a matéria, especialmente a Lei Ordinária 9703/1998, o Decreto 3048/1999, a Resolução INSS/PR 669/1999 e a Instrução Normativa INSS/DC 62/2001, aqui conjugados e resumidos.

6.6. A primeira providência a ser tomada, tão logo aforado o processo, é a abertura da conta, bastando, para tanto, que a empresa ou o empresário individual vá até a agência da Caixa Econômica Federal – CEF mais próxima, munido dos documentos constitutivos, dos documentos pessoais do representante legal e do número do processo, para que preencha o cadastro respectivo e para que seja gerado o código identificador.

6.7. Aberta a conta e de posse do número identificador, deverá o contribuinte normalmente apurar e declarar o tributo devido, entretanto ao invés de recolhê-lo por meio da GPS, o tributo será depositado através da Guia de Depósito Judicial e Extrajudicial – DJE.

6.8. A DJE pode ser adquirida nas papelarias especializadas, retiradas nas agências da CEF ou geradas e impressas diretamente do site da Caixa.

6.9. Os campos da DJE devem ser assim preenchidos: campo 01 (informar o número identificador fornecido pela CEF quando da abertura da conta, que servirá para todos os depósitos inerentes aquele processo e aquele contribuinte), campo 02 (informar o nome do contribuinte de direito, o mesmo que figuraria na GPS), campo 03 (informar o telefone do contribuinte de direito, o mesmo que figuraria na GPS), campo 04 (informar a seção judiciária em que tramita o processo, ou seja, a sigla do Estado em que a ação foi proposta, que pode ser obtida no extrato de acompanhamento do processo ou nos itens anteriores), campo 05 (informar a comarca em que tramita a ação, que pode ser obtida no extrato de acompanhamento do processo ou nos itens anteriores), campo 06 (informar a sigla do Estado daquela comarca informada no campo anterior), campo 07 (informar a vara em que tramita o processo, que pode ser obtida no extrato de acompanhamento do processo ou nos itens anteriores), campo 08 (informar o tipo de ação), campo 09 (informar o nome do autor da ação, que pode ser obtido no extrato de acompanhamento do processo, portanto para as ações aqui trabalhadas é a Aiba), campo 10 (informar o nome do réu

da ação, que pode ser obtido no extrato de acompanhamento do processo, portanto para as ações do Funrural aqui trabalhadas é a União Federal e o INSS e para a ação do Salário Educação é a União Federal, o INSS e o FNDE), campo 11 (informar o número da ação, que pode ser obtido no extrato de acompanhamento do processo ou nos itens anteriores), campo 12 (informar o código de depósito, sendo o 0204 para o Funrural sem Senar, portanto para a contribuição dos produtores rurais pessoas físicas, o 0181 para o Funrural com Senar, logo para a contribuição dos produtores rurais pessoas jurídicas e o 0301 para o Salário Educação), campo 13 (informar a competência, a mesma que figuraria na GPS), campo 14 (informar o CNPJ do contribuinte de direito, o mesmo que figuraria na GPS), campo 15 (informar a data de vencimento do tributo, a mesma que figuraria na GPS), campo 16 (informar o valor do tributo), campo 17 (informar, em caso de depósito depois do vencimento, as correções devidas, os mesmos acréscimos que figuraria na GPS paga em atraso) e campo 18 (informar o valor total depositado, a soma do principal mais acréscimos).

6.10. Registre-se que muito embora tenha havido a unificação da Secretaria da Receita Federal – SRF com o INSS, formando a Receita Federal do Brasil – RFB, popularmente conhecida como Super Receita, a Secretaria da Receita Federal ainda utiliza o sistema Serpro para o gerenciamento do seu banco de dados, diferentemente do INSS que ainda faz uso do sistema Dataprev, inexistindo, infelizmente, uma sincronização satisfatória entre os sistemas, o que poderá gerar restrições ao contribuinte, pois o processamento da GFIP é feito pelo Dataprev ao passo que a informação do depósito é arquivada pelo Serpro. Ou seja, poderá constar a declaração do valor e não aparecer o recolhimento ou o depósito. Importante, então, que o contribuinte verifique de quando em quando sua situação fiscal, regularizando-a, se apontada pendência, evitando assim a emissão de certidão positiva, justamente naqueles momentos em que o contribuinte mais necessita da negativa – em caso de mútuos bancários, por exemplo. Caso sejam apontadas restrições à emissão basta que o contribuinte requeira administrativamente, por requerimento simples, conforme modelo em anexo, a emissão da certidão negativa de débitos, juntando além dos documentos constitutivos da empresa e dos

documentos pessoais do representante legal, cópia da GFIP, da correspondente DJE e da petição inicial – que pode ser obtida, se necessário, na Aiba, devendo a RFB emitir a negativa no prazo máximo legal de dez dias. Pode o contribuinte, por precaução, requerer mensalmente, também por requerimento simples, no mesmo modelo em anexo, a baixa do valor lançado.

6.11. Caso seja apurado Funrural, pelo mesmo contribuinte de direito, na mesma competência, decorrente tanto da comercialização interna quanto de exportação indireta, deverá o contribuinte destinar, a cada um dos processos os valores respectivos, ou seja, do montante apurado consignar no processo das exportações indiretas o que dela decorrer e o restante no processo principal.

6.12. Depois de apurado e depositado o Funrural, deverá o contribuinte de direito enviar para a Aiba, via correio, e-mail ou fax, cópia da DJE e uma lista dos produtores que fazem parte daquela guia, com os respectivos valores retidos, para que a Aiba informe sua ocorrência dos autos dos processos.

7. Em caso de dúvida favor contactar o Senhor Roberico, gerente de atendimento da CEF em Barreiras, por meio do telefone 77-3613-9301, com os Senhores e Senhorita Alex, Johnson e Kelly, assessores da diretoria e contadora da Aiba, através do telefone 77- 3613-8000 e dos e-mails alex@aiba.org.br, johnson@aiba.org.br e kelly@aiba.org.br ou, ainda, com o Doutor Rafael, integrante da banca de advocacia que patrocina as causas, no telefone 48-3025-2728 e no e-mail peliciolli@felisbertocordova.adv.br.

Vazio Sanitário da Soja chega ao fim sem nenhum foco de Ferrugem Asiática

Com aproximadamente 60% da área de lavouras de soja fiscalizadas (982,9 mil hectares), fiscais da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) divulgaram o balanço do Vazio Sanitário da Soja como positivo no estado. De acordo com o balanço, não houve semeadura de soja sob irrigação e nenhum foco de ferrugem em soja guaxa foi verificado. O período de 15 de agosto a 15 de outubro foi instituído pela Portaria nº 623 de 05 de outubro de 2007 da Adab.

De acordo com os fiscais estaduais agropecuários, os produtores rurais do Oeste da Bahia já entenderam a importância do Vazio Sanitário e respeitaram o período. Apenas 14 exceções foram identificadas após intensa fiscalização. Propriedades que não atenderam às normas foram notificadas e multadas.

Mesmo chegando ao final da entressafra com a tranquilidade de não ter focos de ferrugem no estado, os fiscais da Adab alertam que o produtor deve manter a atenção, fazendo o acompanhamento da safra pelo Sistema de Alerta no site da Aiba: www.aiba.org.br. Esta ferramenta, somada ao monitoramento das lavouras e a utilização correta dos produtos fitossanitários, possibilita um controle eficiente da Ferrugem Asiática, mantendo níveis adequados de produtividade das lavouras de soja do Oeste da Bahia.

Parceria entre produtores, comércio e Judiciário melhora atendimento no Cartório de São Desidério

Na tentativa de ajudar a reverter as limitações no atendimento do Cartório de Registro de Imóveis de São Desidério, uma comissão composta por representantes da Aiba, Sindicato de LEM, Associação Comercial e Empresarial de Luis Eduardo Magalhães (Acelem), Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia (Assomiba) e Clube dos Advogados de LEM se reuniu com o juiz de direito local, Gabriel de Moraes Gomes. Da conversa, surgiu uma alternativa que já está dando mais agilidade no atendimento: a convocação de voluntários para prestar serviços.

Como não há instrumentos jurídicos que possibilitem a contratação de profissionais, o juiz Gabriel Gomes informou que a única opção neste caso seria utili-

zar a Lei do Voluntariado (9.608/98), que prevê a prestação de serviços sem remuneração.

De acordo com o diretor executivo da Aiba, Alex Rasia, devido à urgência do problema, três entidades (Aiba, Sindicato de LEM e Assomiba) cederam temporariamente um funcionário cada para trabalhar no cartório, sob a coordenação de uma serventuária com experiência no setor. Os funcionários foram recrutados entre acadêmicos do 5º ao 8º semestres do curso de Direito de uma instituição de ensino de Barreiras.

Em contrapartida, o juiz local já realocou uma serventuária para trabalhar diariamente no cartório de registro de imóveis. Antes, o atendimento era feito apenas dois dias por semana.

“Esta parceria entre os produtores, representados pela Aiba e Sindicato de LEM, e revendedores de máquinas, representados pela Assomiba, com o Judiciário, é uma solução paliativa, mas a possível para minimizar o problema neste período de contratação de custeios e outros financiamentos pré-plantio”, explica o diretor executivo da Aiba, Alex Rasia, que já vê melhora no atendimento do cartório.

Outra deliberação da reunião entre as instituições e o juiz de São Desidério foi a elaboração de um documento, pelo Clube dos Advogados de LEM, que deverá ser firmado por diversas instituições da sociedade civil organizada, de todos os setores, com o objetivo de reivindicar junto ao Poder Judiciário a privatização dos serviços cartorários no Estado.

Delegação baiana presente no Congresso Brasileiro de Algodão

// A Bahia acreditou neste evento, apesar da crise, e prestigiou o congresso não só em busca de soluções para os problemas da cotonicultura, como para trocar experiências. Foi assim que o presidente do VII Congresso Brasileiro do Algodão, Almir Montecelli, agradeceu a grande participação das entidades baianas, produtores e pesquisadores no evento, que, para ele, foi um sucesso tanto na parte técnica, como comercial, ambiental e de organização.

A comitiva baiana se inseriu em grande parte da programação do VII CBA. Além de palestras apresentadas por representantes da Abapa, Fundeagro e Fundação Bahia, a Abapa, representada pelo seu presidente João Carlos Jacobsen, participou da reunião da Câmara Setorial do Algodão, da reunião do Conselho de Ética, da assinatura de convênio entre a Fundação Bahia e a Kuhlmann, de almoços de negócios, dentre outros.

Convidado a abordar os desafios da cotonicultura na Bahia, Jacobsen destacou questões relativas à área plantada, produtividade, tipo médio produzido, tamanho médio de área, empregos gerados, problemas ocorridos na safra 2008/09, desafios para a safra 2009/10 e perspectivas futuras. O presidente da Abapa apresentou um quadro demonstrando que o custo de logística representa 9% do valor do produto. "Com a construção da Ferrovia Oeste-Leste, os produtores baianos vão reduzir os custos em cerca de 10% com transporte e 25% com os portos", explicou.

Segundo ele, os principais entraves enfrentados pelos cotonicultores estão relacionados à logística, custo de produção, ausência do seguro safra, biotecnologia, financiamentos, mão-de-obra e ferramentas de administração.

Sustentabilidade - Durante o CBA, que, nesta edição, trouxe ao centro o tema "Sustentabilidade da Cotonicultura Brasileira e Expansão dos Mercados", a Abapa participou também da reunião do Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal). Os dirigentes de todas as entidades ligadas à Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) discutiram a criação do selo de certificação de propriedade.

A cotonicultura baiana na conferência mundial do algodão

Tornar o algodão baiano mais competitivo nos mercados internacionais e discutir os principais entraves na produção e comercialização foi o que levou a Abapa a, mais uma vez, marcar presença no *Annual Trade Conference and Dinner*, promovido pela *International Cotton Association - ICA*, em Liverpool, nos dias 1º e 2 de outubro. A Conferência Anual de Negócios é um dos mais importantes eventos mundiais do algodão.

Opresidente da Abapa, João Carlos Jacobsen, liderou a comitiva baiana, acompanhado da vice-presidente da Associação, Isabel da Cunha, e também do presidente do Fundeagro, Ezelino Carvalho, do deputado estadual João Bonfim e produtores da região Oeste.

Paralelamente à programação, aberta ao público, os dirigentes das associações se reuniram na sala da Associação Brasileira de Algodão (Abrapa) com comerciantes do mundo inteiro para tratar do mercado do



De acordo com o diretor geral da Abapa, Hermes Simões, todas as fazendas inspecionadas que atenderem às normas da legislação tanto trabalhista, quanto ambiental, serão certificadas com o selo. "Além da avaliação de todos os requisitos legais, serão observados se houve histórico de trabalho infantil e de trabalho análogo ao escravo, itens que exclui a propriedade da certificação", enfatizou.

Câmara Setorial do Algodão - No último dia do congresso (18/09), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Algodão e seus Derivados reuniu seus representantes para discutir o uso de agrotóxicos na cultura do algodão, o algodão adensado no Brasil, perspectivas para a safra 2009/10, políticas de garantia de preços mínimos, além de recursos para comercialização.

O presidente da Abapa e representante da Bahia na Câmara Setorial de Algodão, João Carlos Jacobsen, participou das discussões sobre a política de garantia de preço mínimo e recursos para comercialização.

Conselho de Ética - O evento também foi o pano de fundo para a reunião

do Conselho de Ética do Algodão. Os membros oficializaram a nova diretoria do Conselho e o presidente da Abapa passa a ser o conselheiro fiscal, além de um dos representantes da Abrapa, juntamente com Haroldo Cunha e Milton Garbojo.

Nesta reunião, também foi apresentado o Manual de Exportação da Abrapa, que tem como objetivo orientar os cotonicultores brasileiros em relação às ações adequadas para exportar a pluma. Entre as informações contidas no manual, há especificações de como o produtor deve proceder na hora de habilitar-se para exportar e ainda as particularidades de cada estado produtor.

A presidência da Abapa participou também da assinatura do convênio entre a Fundação Bahia e a empresa Kuhlmann Laboratórios. "Com esta parceria as análises das pesquisas serão feitas no Centro de Pesquisa e Tecnologia Agrícola (CPTO), tornando o processo mais ágil, mais barato, trazendo benefícios para o produtor na prestação de serviço", afirmou durante o ato o presidente da Fundação Bahia, Amauri Stracci.



O CPTO vai realizar análise ambiental, de água, de resíduo de defensivos químicos, fertilizantes, sementes, fertilidades do solo, grãos, nematóides, microbiologia do solo, entomologia e fitopatologia.

Estiveram presentes no Congresso Brasileiro de Algodão, produtores, dirigentes da Abapa, a vice-presidente Isabel da Cunha e o diretor geral, Hermes Simões. O evento foi realizado pela Associação dos Cotonicultores do Paraná (Acopar), com promoção da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), de 15 a 18 de setembro, no Hotel Mabu Thermas & Resort, em Foz do Iguaçu - Paraná. Mais de 1,4 mil pessoas participaram, cerca de 130 palestras aconteceram e, aproximadamente, 330 trabalhos foram apresentados.



Andrew Macdonald, Haroldo da Cunha, João Carlos Jacobsen Rodrigues, Lício Augusto Pena - diretor Executivo da Amipa, Ezelino Carvalho, Paulo Mota, Henrique Snitcovski - Louis Dreyfus, Marcelo Scorel C. Filho - Louis Dreyfus, e Joe Nicósia - presidente da Dreyfus

algodão. Na oportunidade, a Abapa reforçou a qualidade do algodão baiano.

"Nosso algodão tem o padrão mundial de qualidade e competitividade e, com a implantação da ferrovia Oeste-Leste, o entrave de infra-estrutura será resolvido", enfatizou Jacobsen.

Segundo o deputado João Bonfim, a

expectativa internacional com a construção dessa ferrovia é muito grande. "Temos confiança de que em breve essa será iniciada para que possamos contribuir para que o algodão da Bahia encontre melhor espaço no mercado internacional", disse.

A parte oficial do evento teve a palestra proferida por Joe Nicósia (CEO da Allenberg Cotton Company) sobre a "Evolução do Preço do Algodão" e ainda a apresentação de Adrian Moguel y Anza (CEO da Libero Commodities SA), sobre a "Economia do algodão Brasileiro e Culturas Competitivas."

De acordo com o presidente do Fundeagro, Ezelino Carvalho, disponibilizar recursos e se unir à Abapa para levar representantes baianos em um evento como este só melhora a imagem da Bahia perante o mercado mundial. "O comprador quer qualidade e constância na produção e é isso que a Bahia vem buscando", explicou.

Bicudo é prioridade de investimentos do Fundeagro

O Programa de Monitoramento e Controle do Bicudo do Algodoeiro foi um dos destaques do último dia do Congresso Brasileiro do Algodão. A palestra sobre as ações de controle do bicudo na Bahia, apresentada pelo presidente do Fundeagro, Ezelino Carvalho, pesquisadores da Fundação Bahia e da Adab, demonstrou os resultados do programa nestes três anos de existência. De acordo com Ezelino Carvalho, para esta safra (2009/10), o Fundeagro investirá o montante de R\$ 800 mil para o Projeto de Monitoramento e Controle do Bicudo e para o Programa dos Núcleos Regionais.

A apresentação da palestra focou desde a introdução do bicudo no Oeste da Bahia, em meados da década de 90, as intensivas ações de defesa sanitária executadas pela Adab, a criação dos Núcleos Regionais de controle do bicudo até as contribuições práticas do programa.



Ezelino Carvalho
presidente do Fundeagro

Algodão da Bahia torna-se mais competitivo com a infraestrutura presente

Responsável por 90% da produção de algodão do estado, a região Oeste está próxima aos grandes mercados consumidores do país e tem linha direta com os portos de Salvador e Aratu, o que facilita o escoamento de produção e o menor custo com transporte. Possui também total suporte em energia elétrica, telefonia fixa e móvel, além de já contar com 60 usinas para beneficiamento de toda a produção. O primeiro laboratório de classificação de algodão foi inaugurado na data de 19 de novembro de 2004, no município de Luís Eduardo Magalhães.

A participação da pesquisa na expansão do algodão teve grande incremento através da parceria com instituições como a Embrapa, EBDA e Fundação Bahia. O primeiro grande resultado foi o lançamento da cultivar BRS Sucupira, seguida da BRS Camaçari, e atualmente a BRS 286.

É importante registrar que toda essa expansão ocorreu devido ao incentivo concedido pelo Governo da Bahia, pelo Programa de Incentivo à cultura do Algodão na Região Oeste do Estado da Bahia (Proalba). Assim, através do Fundo para Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão, o Fundeagro, são financiadas diversas atividades de pesquisa, defesa fitossanitária, fomento, assistência técnica, dentre outros.

OPROALBA - O Programa de Incentivo à Cultura do Algodão no Estado da Bahia (Proalba) tem o objetivo de incentivar a produção e melhorar a qualidade da fibra. Criado a partir da Lei Estadual 7.932 de 19/09/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 8.064 de 21/11/2001.

Como instrumento de sustentação financeira para consecução dos objetivos do Proalba, constituiu-se legalmente o Fundo para Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão - Fundeagro. Através do Fundeagro, as entidades de pesquisa recebem suporte financeiro para executarem um arrojado programa de estudos e desenvolvimento, com geração e difusão de tecnologias.

O Fundeagro é administrado por um colegiado composto pela Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (Aiba), Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (Fundação Bahia), consultores de algodão, indústrias de beneficiamento, fiação e tecelagem, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (Seagri), Secretaria da Fazenda (Sefaz), Empresa Baiana de Desenvolvimento

Agrícola (EBDA), Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Os recursos do Fundeagro equivalem a 10% do total de 50% de isenção que o Proalba concede ao produtor no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de comercialização do produto no mercado interno, desde que o produtor atenda a requisitos tecnológicos, fitossanitários e de qualidade estabelecidos pelo programa. No Fundeagro, materializa-se a arrecadação de recursos para financiar pesquisas de novas variedades que sejam adaptadas às condições da Bahia, com grande produtividade e resistência às principais pragas e doenças.

Concomitantemente, o Fundeagro oferece suporte financeiro a projetos e ações que visem ao estudo e aperfeiçoamento de manejos adequados, combate a doenças e pragas, difusão de tecnologia, realização de eventos, capacitação de integrantes da cadeia têxtil e apoio financeiro ao projeto de desenvolvimento da cotonicultura familiar.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL

Impacto na Renda Familiar - O Fun-

deagro transfere investimentos para apoiar também a agricultura familiar. O apoio ao projeto lançado pelo Governo do Estado, através da EBDA tem demonstrado uma excelente alternativa para o pequeno produtor, seja por sua boa rentabilidade, seja como alternativa no sistema de rotação de culturas e diversificação da pequena propriedade. Aumentando a produtividade do algodão colorido de qualidade, livre de pragas, e promovendo a diversificação na comercialização de derivados do produto, oferecendo ao agricultor uma nova alternativa de renda, por meio de experimentos e demonstrações com a cultura. São utilizadas as cultivares BRS 8H - branco, e as coloridas BRS Safira e BRS Verde.

Impacto na geração de empregos na comunidade - O Programa de Inclusão Digital (PID) faz parte de um projeto de sustentabilidade social, promovido pelo agronegócio do algodão e já se tornou um exemplo da transformação organizada pela sociedade civil.

Dirigido para jovens estudantes de escolas públicas, objetiva a capacitação em Informática com ênfase para o primeiro emprego. Além das aulas gratuitas de durante seis meses, o programa disponibiliza para os alunos todas as ferramentas para a qualificação profissional, incluindo o material didático, uniformes, vales transporte e certificados reconhecidos pelo Ministério da Educação. As aulas são ministradas pela escola de informática Microlins e abrange as cidades de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e o Distrito de Roda Velha.

Impacto na educação familiar - O Fundeagro apóia a realização de diversos treinamentos, palestras, dias de campo, visando a capacitação e adequação aos produtores e seus funcionários, atendendo às necessidades em todas as áreas, inclusive na aplicação

da legislação trabalhista.

Geração de Emprego e Renda - No Oeste da Bahia, encontra-se o modelo de cotonicultura consolidada. As ótimas condições naturais, os projetos de pesquisa, a localização estratégica, a infra-estrutura, os incentivos do Governo do Estado, as modernas técnicas de cultivo, aliados ao espírito empreendedor dos produtores, fazem com que o desenvolvimento seja rápido e consistente, contribuindo para a alta qualidade do algodão.

A qualidade da fibra do algodão produzida na Bahia apresenta características tecnológicas desejáveis em todo o mercado industrial. A produção de uma pluma branca, que permite a obtenção de um produto com 39,5% de rendimento em pluma, fibra tipo 5/6 e 6/0, entre outras, coloca o algodão baiano entre os melhores do Brasil.

Com a cotonicultura foi possível a criação de novos postos de trabalho. As beneficiadoras geram mais empregos, as lavouras exigem alto grau de especialização, com isso, administradores, gerentes, técnicos e operadores obtêm mais conhecimento e melhor qualificação profissional, gerando milhares de empregos diretos e indiretos.

O Proalba demonstrou ser de suma importância em quase uma década de existência. A redução fiscal significou maior competitividade, sendo instrumento de complemento de renda para o setor, possibilitando a realização de investimentos necessários para o incremento da produção e da qualidade. O Fundeagro através da transferência de recursos à pesquisa, ao combate de doenças e pragas, difusão de tecnologia, à promoção do algodão da Bahia, capacitação e treinamentos, tem possibilitado a implantação de inovações e soluções tecnológicas e de respeito ao meio ambiente.

Bahia terá representante na Comissão Nacional do Algodão

Durante o workshop realizado no CPTO, a Comissão Técnica Regional do Algodão (CTR) elegeu o Grupo Técnico de Trabalho para o Programa Nacional do Bicudo e o seu representante na Comissão Nacional. A ação obedece à Instrução Normativa nº 44, do Ministério da Agricultura.

O segundo tesoureiro da Abapa, Celito Missio, foi eleito pelos membros da reunião para coordenar o grupo técnico e também representar a Bahia na Comissão Nacional do Algodão. O representante da Adab, Pedro Mariano, será o suplente de **Celito Missio**.

De acordo com a Instrução Normativa nº 44, de 29 de julho de 2008, o objetivo do grupo técnico é desenvolver diretrizes e políticas para dinamizar ações do Programa Nacional de Controle do Bicudo.

O Grupo Técnico de Trabalho será



composto por representantes da Abapa, Fundação Bahia, Fundeagro, Adab,

EBDA e Superintendência Federal do Ministério de Agricultura.

Abapa reúne construtoras para licitação de Centro de Treinamento

O Comitê de Orçamento formado pela Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) reuniu representantes de construtoras para participar da licitação das obras do centro de treinamento para mecânicos e operadores de máquinas, que será construído no Complexo Bahia Farm Show, em Luís Eduardo Magalhães. A reunião foi realizada no dia 02 de outubro, na sede da Abapa em Barreiras.

Na ocasião, os participantes analisaram os preços encaminhados para a Abapa pelas cinco construtoras selecionadas. Venceu a empresa que apresentou o menor orçamento e a construção do Centro de Treinamento será feita pela C.A. Cerrato Construtora de Obras Ltda.

Para a seleção, a Abapa tomou todos os cuidados para que houvesse total clareza na escolha da empresa. Um engenheiro civil foi contratado para padronizar os serviços de execução, como os projetos estruturais, hídricos, e sanitários, além do orçamento discriminativo dos serviços e materiais a serem empregados na construção do Centro.



Algodão adensado é tema de workshop na região Oeste

O sistema de cultivo através do algodão adensado atraiu mais de 150 pessoas para o Workshop realizado pela Abapa, com apoio do Fundeagro, Fundação Bahia e Agrole. O objetivo foi discutir detalhes sobre o plantio e orientar produtores interessados em aplicar o sistema na região Oeste. O evento foi realizado no Centro de Tecnologia e Pesquisa do Oeste (CPTO), no dia 20 de outubro.

O workshop foi aberto pelo presidente da Abapa, João Carlos Jacobsen, seguido pelo presidente do Fundeagro, Ezequielino Carvalho, do diretor de Defesa Sanitária Vegetal da Adab, Armando Nascimento, e do presidente da Fundação Bahia, Amauri Stracci.

Dividido em dois momentos, o workshop teve início com uma discussão técnica. Os convidados foram o consultor Jonas Guerra (MT) e o fabricante de máquinas agrícolas, Luiz Carlos Rodrigues (Busa), para difundir, com consultores e pesquisadores da região, orientações sobre a técnica.

Na segunda parte do evento, os palestrantes destacaram o plantio do algodão adensado. O pesquisador da Fundação Bahia, Murilo Pedrosa e o consultor Celito Breda apresentaram resultados com algodão adensado na região Oeste e Sudoeste da Bahia.



Segundo o diretor geral da Abapa, Hermes Simões, esta técnica resulta na mesma ou maior produtividade, utilizando um custo menor na produção: “Ainda precisamos desenvolver mais pesquisas nesta área, pois o algodão adensado é um sistema promissor”, explicou.

Mais sobre algodão adensado:

A tecnologia, trazida dos Estados Unidos e da Argentina, reduz os custos do plantio em 25%. A diferença está no espaçamento, que utiliza distância entre linhas e plantas inferior à utilizada atualmente.

Fundeagro contribui com o Plano Oeste Sustentável

Alinhado com seus objetivos de monitoramento ambiental, o Fundeagro disponibilizou recursos, através de carta consulta, para a compra de

veículos e equipamentos que serão utilizados no Projeto de Adequação Ambiental do Oeste da Bahia, Oeste Sustentável.

Veja a relação dos equipamentos:

- 05 Pickups 4x4 Diesel e 01 veículo utilitário
- 10 GPS portátil
- 10 Notebooks
- 10 Máquinas Digitais 8.0
- 06 Microcomputadores
- 03 Impressoras Jato de Tinta
- 01 Impressora Designjet 500 - Ploter
- 02 Copiadoras com 3 bandejas



Aniversariantes de novembro

NOME	DATA
Erley Hatsutaro Orita	01.11
Victório Mitsukaso Obata	01.11
Clarindo Irineu de Miranda	02.11
Danilo Deon	02.11
Lauri Pedro Kappes	02.11
Pedro Berílio Dahmer	03.11
Ronaldo Bastos de Oliveira	03.11
Valdenir Antônio Fomagio	03.11
Ma Ming Kown	04.11
Carlos Alberto Gorgen	05.11
Célio Zuttion	05.11
Edson Tsuguiu Taniguti	05.11
Gilmar José Ertel	05.11
José Almir Gorgen	05.11
Adelar Pizzato	07.11
Gilmar José Benedetti	08.11
Gilson Scherer Martins	08.11
Marcos Cesar Severo	08.11
Delcio José Martinazzo	09.11
Dirceu Di Domenico	09.11
Vilson Somavilla	10.11
Wilsemar José Dornelles Elger	10.11
Ivana Holnik	11.11
Alcindo José Dalcin	12.11
Darci Roberti	12.11
Delmar Harri Timm	12.11
Jaime Arnaldo Cappelleso	12.11
José Marcos dos Santos Cardoso	12.11
Nilton Vieira de Souza	12.11
Eiji Sagahara	13.11
Davide Diniz Donabel	14.11
Eduardo Riedi	14.11
Jair Valdiney Hoffmann	14.11
Reinaldo Hanisch	14.11
Gilberto Leandro Magerl	15.11
Bruno Antônio Zuttion	16.11
Hilario Alino	16.11
Ricardo Bordin	16.11
Josue Ferri	17.11
Oto Lorentz	17.11
Suzane Mari Piana	17.11
Carlos Alberto Missio	18.11
Gerson Roberto Berwanger	18.11
Hilário Hoff	18.11
John Kudless	18.11
Leonice Salante Casali	18.11
Ricardo Rubem Schumann	18.11
Adelar Otávio Serafini	19.11
Ademir Antônio Marcon	19.11
Haroldo Hideyuki Uemura	19.11
Jurandir Ficanha	19.11
Renê Francisco Bernardi	19.11
Ademar Silvani	21.11
Luiz Carlos Bretan	21.11
Vanderlei Jacó Griebler	21.11
Edilson Ribeiro da Cruz	22.11
Paulo Schmidt	22.11
Graziela Saad Batista Oliveira	23.11
Kazuo Deai	23.11
Maria Francisca dos Santos Raposo	23.11
Nei João Massoni	23.11
Nilton Ruppenthal	24.11
Carlos Henrique Moreira de Carvalho	25.11
Célia Setsuko Fukuda Ribas	25.11
Laercio Tagliari Bortolin	25.11
Ricardo Hidecazu Uemura	25.11
Rudi Prante	25.11
Júlio Cezar Martins Machado	26.11
Luis Barbosa Lima Júnior	26.11
Hélio Busato	27.11
Ettore Flávio Ricardi	28.11
Ires Ricardo Basso	28.11
Vilson Davi Conrado	28.11
Kelly Lee Blayr	30.11
Maria Lucia Nanuzi Montani	30.11
Osvaldo Takemoto	30.11

Novos sócios - Aiba

- Albert Johannes Strijker
- BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas S.A
- Eduardo Riedi
- José Tiecher
- Mauri Sponchiado

Profissionais se reúnem no CPTO para criar o Plano de Marketing de nova variedade de algodão

A Fundação Bahia se reuniu no dia 24 de setembro com pesquisadores da Embrapa SNT (DF), Embrapa Algodão (Campina Grande), cotonicultores e consultores, para criar o Plano de Marketing que divulgará as novas variedades de algodão que serão lançadas.

O plano tem como objetivo definir as ações para o lançamento de duas novas variedades que foram avaliadas, uma com

características de fibra média e outra de fibra longa, ambas com excelente produtividade de pluma.

O plano de marketing foi criado avaliando os principais resultados da análise do macro ambiente, características, tendências, projeções, possíveis consequências para o segmento, considerações sobre a oferta e mercado, posição competitiva do produto. Foram avaliadas

também as vantagens e desvantagens destas cultivares, o ranqueamento dos produtos, definição de objetivos, metas e estratégias.

Participaram do projeto: Ricardo Cruz, Luciano de Andrade, Murilo Pedrosa, Rodrigo Alves, Camilo Morello, Flávio Benites, Dermeval Viana David, Celito Breda, Pedro Brugnera, José Claudio Oliveira, Clovis Ceolin e Celito Breda.

Fundeagro, Fundação Bahia, Abapa e Aiba participam da 6ª Seagro

A Semana Agrônômica do Oeste Baiano (Seagro) que apresentou nesta sexta edição o tema "Oeste Baiano e o Ceileiro da Região Oeste" contou com o apoio financeiro do Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (Fundeagro) e com a participação da Fundação Bahia, da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) e Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) na grade de atividades e palestras. O evento aconteceu de 14 a 16 de outubro, na Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FA-AHF), em Luís Eduardo Magalhães (BA).

No segundo dia do evento (15), o pre-

sidente do Fundeagro Ezelino Carvalho apresentou ao público todas as ações desenvolvidas pelo Fundo, tanto no financiamento de pesquisas, quanto de projetos sociais.

A Fundação Bahia demonstrou, através de mini-cursos, os temas manejo de pragas do algodoeiro, uso eficiente de gesso e nitrogênio no algodoeiro, dentre outros assuntos. No último dia do evento (16), o diretor-executivo da entidade, Luciano de Andrade, destacou os trabalhos de pesquisa e projetos desenvolvidos pela Fundação Bahia. Em seguida, a pesquisa sobre manejo da ferrugem da soja foi defendida pela

pesquisadora Mônica Martins.

As ações voltadas para o meio ambiente foram abordadas pela Aiba, através de palestra do vice-presidente Sérgio Pitt, que expôs o Plano Oeste Sustentável, fruto da parceria entre Governo do Estado e produtores, através da Aiba, para erradicar o passivo ambiental da região.

A Abapa, por sua vez, destacou os principais projetos desenvolvidos em benefício da cotonicultura baiana na safra 2009/10, enfatizando os trabalhos de análise da fibra de HVI, o Centro de Treinamento para Operadores de Máquinas, o projeto sócio-ambiental, dentre outros.

Fundação Bahia perde grande parceiro que foi referência em sua criação

Foi com grande pesar que nós, da Fundação Bahia, recebemos a notícia do falecimento do diretor-superintendente da Fundação MT, Dario Minoru Hiromoto. Segundo a nota oficial divulgada pela instituição mato-grossense, Dario estava desaparecido desde a noite de 22 de outubro, quando saiu para um passeio de barco no Lago do Manso, situado na Chapada dos Guimarães/MT. Uma equipe de mergulhadores do Corpo de Bombeiros fez busca no Lago durante toda a tarde do dia 23. Seu corpo só foi encontrado na manhã do dia 24.

Dario foi o idealizador da Fundação MT. Há 16 anos esteve à frente da instituição, em busca de soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas através de pesquisas tecnológicas voltadas para o campo e, sem dúvida, deixou um grande legado.

Currículo – Dario Minoru Hiromoto



era Engenheiro Agrônomo pela USP/ESALQ – Piracicaba/SP (1.985); Mestre em Genética e Melhoramento de Plantas pela USP/ESALQ/Genética - Piracicaba/SP (1.990); Doutor em Genética e Melhoramento de Plantas pela USP/ESALQ/Genética – Piracicaba/SP (1.996); Trabalhou como melhorista de soja e cana-de-açúcar no Centro de Tecnologia da Copersucar em Piracicaba/SP de 1988 a 1989; Trabalhou também

como melhorista de soja da Embrapa-Soja em Rondonópolis-MT de 1990 a 2000; desde 1993 é diretor superintendente e melhorista da Fundação MT - Rondonópolis/MT.

Dario Minoru Hiromoto deixou sua marca de competência também no Oeste da Bahia. Em 1997 ele veio para a região com a incumbência de realizar os primeiros experimentos nos campo do cerrado baiano. Ao conhecer a região, Dario percebeu que nosso cerrado tinha potencialidade para tornar-se uma grande fronteira agrícola. Foi neste mesmo ano que um grupo de produtores da região Oeste se formou para criar Fundação Bahia. Desde então, Dário foi mais que um aliado da nossa Fundação, foi um grande AMIGO. Sua coragem de desbravador constituiu-se em uma grande força na luta por uma agricultura sustentável e rentável com garantia de pesquisa de ponta.

Projetos financiados pelo Fundeagro são apresentados no Congresso Brasileiro de Ciência do Solo

Parceiro de entidades que priorizam a pesquisa no campo, o Fundeagro financiou projetos de pesquisa com fertilidade do solo e nutrição do algodoeiro. Os trabalhos foram apresentados no XXXII Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, em Fortaleza (CE) por profissionais da Embrapa que coordenam o Projeto de Fertilidade para o algodoeiro no Oeste da Bahia.

Os trabalhos publicados no evento foram:

* Gessagem para o algodoeiro cultivado sob sistema integração lavoura-pecuária no Cerrado da Bahia.

* Fontes, doses e frequência de aplicação de gesso na sucessão algodão-milho no Oeste da Bahia.

* Antecipação da adubação nitrogenada para o algodoeiro sob sistema integra-

ção lavoura-pecuária, no Oeste da Bahia.

"Apoiar a participação de profissionais em um evento de reconhecimento nacional, é dar uma oportunidade de capacitação e ampliação do conhecimento e permitir uma atuação bem mais produtiva e eficiente nos projetos de pesquisa com a cultura do algodão no Oeste da Bahia", destaca o presidente do Fundeagro, Ezelino Carvalho.

Pesquisas da Fundação Bahia com girassol são apresentadas no RS

Os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Bahia com a cultura do girassol foram apresentados em três eventos que aconteceram de 29 de setembro a 1º de outubro em Pelotas (RS): Reunião da Comissão Nacional de Cultivares de Girassol, 18ª Reunião Nacional de Pesquisa de Girassol e 6º Simpósio Nacional sobre a Cultura do Girassol.

Os principais focos dos eventos foram as apresentações dos resultados de pesquisa e as recomendações técnicas para a produção da cultura do girassol, definição de prioridades e viabilização da programação de pesquisa e transferência de tecnologia em girassol nas diferentes regiões do Brasil.

O engenheiro agrônomo e pesquisador da Fundação Bahia, Pedro Lopes, destacou a situação da cultura na Bahia e apresentou dois trabalhos desenvolvidos na safra 2008/09 na região Oeste.

Em um dos trabalhos, denominado "Estudo de diferentes espaçamentos na cultura do girassol", foram avaliados quatro cultivares em dois espaçamentos (0,50m e 0,76m) visando à adequação do girassol ao sistema de produção regional. Os resultados demonstraram que o girassol se comportou melhor no espaçamento de 0,76m.

A pesquisa "Avaliação de genótipos de girassol em safrinha", também foi apresentada na ocasião. De acordo com Pedro Lopes, foram avaliados 18 cultivares comerciais entre híbridos e variedades de girassol semeado em época de safrinha. A produtividade média apresentada de 2.386 kg/ha e as demais variáveis avaliadas indicam que a cultura tem um bom potencial para semeadura em sucessão à soja e milho no cerrado baiano.

Além dos resultados dos trabalhos, foram apresentados no evento relatos sobre a situação do girassol em cada região produtora, as dificuldades para manejar a cultura, as principais pragas e doenças que afetam o girassol, cultivares disponíveis e ainda um panorama do mercado de girassol.

A cultura em todos os estados já possui tecnologia considerada satisfatória para a produção, porém, o grande entrave para a expansão do girassol ainda é a comercialização.

Os resultados das pesquisas apresentadas e outras informações sobre a cultura estão disponíveis na Fundação Bahia - Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste Baiano (CPTO/BA), em Luís Eduardo Magalhães.



Nossa homenagem a quem tira da terra o milagre do pão
12 de outubro. Dia do Agrônomo

